

CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO
DE RONDÔNIA - CAU/RO

Relatório do auditor independente

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2019

CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DE RONDÔNIA - CAU/RO

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2019

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Balancos patrimoniais

Balanço financeiro

Balanço orçamentário

Demonstração das variações patrimoniais

Demonstração dos fluxos de caixa

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ao
Conselho Federal e ao Conselho Diretor do
Conselho de Arquitetura e Urbanismo de Rondônia - CAU/RO
Porto Velho - RO

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis do Conselho de Arquitetura e Urbanismo de Rondônia - CAU/RO ("Entidade" ou "Conselho"), que compreendem os balanços patrimonial, financeiro e orçamentário em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações das variações patrimoniais e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial, orçamentária e financeira do Conselho de Arquitetura e Urbanismo de Rondônia - CAU/RO em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis descritas na Nota Explicativa nº 2.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC") e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Base de elaboração e limitação de circulação

Chamamos a atenção para as Notas Explicativas nº 2.1 e 3.2.1, que informa que o Conselho Federal de Contabilidade ("CFC") publicou, em 4 de outubro de 2016, a Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (NBC TSP), que normatiza os aspectos relacionados à estrutura conceitual básica para elaboração e divulgação de informação contábil de propósito geral pelas Entidades do Setor Público. Ademais, a Portaria da Secretaria do Tesouro Nacional STN nº 539/2015, anexo único, determinou prazos de atendimento aos referidos normativos, traçando um cronograma para que, até 2021, todas as normas estejam convergidas. Atualmente, o Sistema CAU encontra-se em processo de implementação dos referidos normativos contábeis. Nesse sentido, o presente relatório pode não servir para outras finalidades e, portanto, sua distribuição deve ser limitada às partes familiarizadas com seus objetivos e sua base de elaboração. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis descritas na Nota Explicativa nº 2, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente, se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional;




- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações de auditoria, inclusive as eventuais deficiências nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Brasília, 13 de abril de 2020.



BDO RCS Auditores Independentes SS
CRC 2 DF 002567/F - S - RO



Fabiano de Oliveira Barbosa
Contador CRC 1 DF 015827/O-3 - S - RO

Período: 01/01/2019 a 31/12/2019

Balço Patrimonial

Período Anterior: 01/01/2018 à 31/12/2018

ATIVO			PASSIVO		
Especificação	Exercício Atual	Exercício Anterior	Especificação	Exercício Atual	Exercício Anterior
ATIVO CIRCULANTE	1.175.532,48	939.883,35	PASSIVO CIRCULANTE	94.405,11	110.118,62
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	918.275,65	763.274,85	OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A CURTO PRAZO	54.932,76	0,00
CRÉDITOS A CURTO PRAZO	255.156,84	173.601,53	EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A CURTO PRAZO	0,00	0,00
CRÉDITOS A RECEBER - DO EXERCÍCIO	213.921,10	155.288,52	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO	442,78	21.859,46
CRÉDITOS A RECEBER - DO EXERCÍCIO	287.073,87	189.993,47	OBRIGAÇÕES FISCAIS A CURTO PRAZO	9.869,21	1.744,48
(-) Provisão para Devedores Duvidosos	245.838,13	171.680,46	OBRIGAÇÕES DE REPARTIÇÃO A OUTROS ENTES	0,30	0,00
DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO	2.099,99	3.006,97	PROVISÕES A CURTO PRAZO	29.103,01	86.514,68
INVESTIMENTOS E APLICAÇÕES TEMPORÁRIAS A CURTO PRAZO	0,00	0,00	DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	57,05	0,00
ESTOQUES	0,00	0,00		0,00	0,00
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS PAGAS ANTECIPADAMENTE	0,00	0,00		0,00	0,00
ATIVO NÃO-CIRCULANTE	93.830,62	112.585,30	PASSIVO NÃO-CIRCULANTE	0,00	0,00
ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	0,00	0,00	OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, PREVIDENCIÁRIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A LONGO PRAZO	0,00	0,00
INVESTIMENTOS	0,00	0,00	EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS A LONGO PRAZO	0,00	0,00
IMOBILIZADO	93.830,62	112.585,30	FORNECEDORES A LONGO PRAZO	0,00	0,00
BENS MÓVEIS	238.359,44	231.771,44	OBRIGAÇÕES FISCAIS A LONGO PRAZO	0,00	0,00
(-) DEPRECIÇÃO, EXAUSTÃO E AMORTIZAÇÃO ACUMULADAS	144.528,82	119.186,14	PROVISÕES A LONGO PRAZO	0,00	0,00
INTANGÍVEL	0,00	0,00	RESULTADO DIFERIDO	0,00	0,00
			TOTAL DO PASSIVO	94.405,11	110.118,62

			PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
			Especificação	Exercício Atual	Exercício Anterior
			Patrimônio Social e Capital Social	0,00	0,00
			Ajuste de avaliação Patrimonial	0,00	0,00
			Demais Reservas	0,00	0,00
			Resultados Acumulados	1.174.957,99	942.350,03
			TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	1.174.957,99	942.350,03
TOTAL	1.269.363,10	1.052.468,65	TOTAL	1.269.363,10	1.052.468,65
ATIVO FINANCEIRO	918.275,65	763.274,85	PASSIVO FINANCEIRO	94.405,11	81.015,61
ATIVO PERMANENTE	351.087,45	289.193,80	PASSIVO PERMANENTE	0,00	29.103,01
SALDO PATRIMONIAL				1.174.957,99	942.350,03

Compensações

ESPECIFICAÇÃO	Exercício	Exercício	ESPECIFICAÇÃO	Exercício	Exercício
Saldo do Atos Potenciais Ativos	Atual	Anterior	Saldo do Atos Potenciais Passivos	Atual	Anterior
Execução de Garantias e Contragarantias Recebidas	0,00	0,00	Execução de Garantias e Contragarantias Concedidas	0,00	0,00
Execução de Direitos Conveniados	0,00	0,00	Execução de Obrigações Conveniadas	0,00	0,00
Execução de Direitos Contratuais	0,00	0,00	Execução de Obrigações Contratuais	140.333,62	140.333,62
Execução de Outros Atos Potenciais do Ativo	0,00	0,00	Execução de Outros Atos Potenciais do Passivo	0,00	0,00
TOTAL	0,00	0,00	TOTAL	140.333,62D	140.333,62D

Quadro do Superávit/Déficit Financeiro

	Exercício Atual	Exercício Anterior
Superávit Financeiro	823.870,54	682.259,24



Balanco Financeiro

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
Receita Orçamentária	1.236.830,00	1.266.259,53	Despesa Orçamentária	1.069.501,58	1.027.951,19
RECEITA REALIZADA	1.236.830,00	1.266.259,53	CREDITO EMPENHADO LIQUIDADO		21.684,62
RECEITA CORRENTE	1.236.830,00	1.266.259,53	CREDITO EMPENHADO - PAGO	1.069.501,58	1.006.266,57
RECEITAS DE CONTRIBUICOES	310.728,49	248.160,02	DESPESA CORRENTE	1.062.913,58	1.006.266,57
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	310.728,49	248.160,02	PESSOAL	608.940,51	513.236,77
ANUIDADES	310.728,49	248.160,02	SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	92.604,27	118.380,14
RECEITA DE SERVIÇOS	660.559,64	577.911,94	SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	311.663,81	328.446,60
EMOLUMENTOS COM REGISTRO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA - RRT	660.559,64	577.911,94	ENCARGOS DIVERSOS	32.166,71	20.667,35
FINANCEIRAS	71.097,03	45.507,78	DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	476,64	
JUROS DE MORA SOBRE MULTAS DE INFRAÇÕES	27.325,01	15.502,67	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	17.061,64	25.535,71
ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA	43.772,02	30.005,11	DESPESA DE CAPITAL	6.588,00	
REMUNERAÇÃO DE DEP. BANC. E APLICAÇÕES FINANCEIRAS	43.772,02	30.005,11	INVESTIMENTOS	6.588,00	
TRANSFERENCIAS CORRENTES	190.031,74	393.174,14			
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	4.413,10	1.505,65			
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	4.413,10	1.505,65			
Transferências Financeiras Recebidas			Transferências Financeiras Concedidas		
Recebimentos Extraorçamentários	830.390,61	471.050,56	Pagamentos Extraorçamentários	842.718,23	440.583,27
Inscrição de Restos a Pagar Não Processados			Pagamentos de Restos a Pagar Não Processados		

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior	ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual	Exercício Anterior
Inscrição de Restos a Pagar Processados		21.684,62	Pagamentos de Restos a Pagar Processados	21.334,62	
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	66.725,20	58.692,66	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	66.668,15	58.692,66
Outros Recebimentos Extraorçamentários	763.665,41	390.673,28	Outros Pagamentos Extraorçamentários	754.715,46	381.890,61
Saldo em espécie do Exercício Anterior	763.274,85	494.499,22	Saldo em espécie para o Exercício Seguinte	918.275,65	763.274,85
Caixa e Equivalente de Caixa	763.274,85	494.499,22	Caixa e Equivalente de Caixa	918.275,65	763.274,85
Depósitos. Rest. Vlr Vinculados			Depósitos. Rest. Vlr Vinculados		
Total:	2.830.495,46	2.231.809,31		2.830.495,46	2.231.809,31

Balanco Orçamentário

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITA CORRENTE	1.174.435,00	1.263.823,59	1.236.830,00	-26.993,59
RECEITAS DE CONTRIBUIÇOES	333.527,00	336.485,00	310.728,49	-25.756,51
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	333.527,00	336.485,00	310.728,49	-25.756,51
ANUIDADES	333.527,00	336.485,00	310.728,49	-25.756,51
RECEITA DE SERVIÇOS	593.328,00	657.551,00	660.559,64	3.008,64
EMOLUMENTOS COM REGISTRO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA - RRT	593.328,00	657.551,00	660.559,64	3.008,64
FINANCEIRAS	51.627,00	71.575,59	71.097,03	-478,56
JUROS DE MORA SOBRE MULTAS DE INFRAÇÕES	41.708,00	35.575,00	27.325,01	-8.249,99
ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA	9.919,00	36.000,59	43.772,02	7.771,43
REMUNERAÇÃO DE DEP. BANC. E APLICAÇÕES FINANCEIRAS	9.919,00	36.000,59	43.772,02	7.771,43
TRANSFERENCIAS CORRENTES	192.137,00	192.137,00	190.031,74	-2.105,26
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	3.816,00	6.075,00	4.413,10	-1.661,90
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	0,00	0,00	4.413,10	4.413,10
RECEITAS NÃO IDENTIFICADAS	3.816,00	6.075,00	0,00	-6.075,00
RECEITA DE CAPITAL	80.000,00	80.000,00	0,00	-80.000,00
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	80.000,00	80.000,00	0,00	-80.000,00
SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO CORRENTE	80.000,00	80.000,00	0,00	-80.000,00
RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	0,00	0,00	0,00
SUB-TOTAL DAS RECEITAS	1.254.435,00	1.343.823,59	1.236.830,00	-106.993,59

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS			PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO		
DÉFICIT			0,00	0,00	0,00	0,00		
TOTAL			1.254.435,00	1.343.823,59	1.236.830,00	-106.993,59		
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS			DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DOTAÇÃO
DESPESA CORRENTE			1.164.435,00	1.258.826,69	1.062.913,58	1.062.913,58	1.062.913,58	195.913,11
PESSOAL			593.612,00	668.338,96	608.940,51	608.940,51	608.940,51	59.398,45
PESSOAL E ENCARGOS			532.112,00	608.572,89	549.719,41	549.719,41	549.719,41	58.853,48
DIÁRIAS			61.500,00	59.766,07	59.221,10	59.221,10	59.221,10	544,97
MATERIAL DE CONSUMO			17.500,00	2.760,08	0,00	0,00	0,00	2.760,08
MATERIAL DE CONSUMO			17.500,00	2.760,08	0,00	0,00	0,00	2.760,08
SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA			63.183,00	103.678,17	92.604,27	92.604,27	92.604,27	11.073,90
REMUNERAÇÃO DE SERVIÇOS PESSOAIS			23.000,00	19.592,80	10.609,47	10.609,47	10.609,47	8.983,33
DIÁRIAS			40.183,00	84.085,37	81.994,80	81.994,80	81.994,80	2.090,57
SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA			445.667,00	430.507,30	311.663,81	311.663,81	311.663,81	118.843,49
SERVIÇOS DE CONSULTORIA			52.000,00	45.248,00	37.821,10	37.821,10	37.821,10	7.426,90
SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO E DIVULGAÇÃO			87.860,00	77.378,27	16.292,56	16.292,56	16.292,56	61.085,71
MANUTENÇÃO SISTEMAS INFORMATIZADOS			59.989,00	59.991,46	59.991,46	59.991,46	59.991,46	0,00
SERVIÇOS PRESTADOS			187.885,00	120.816,73	75.549,19	75.549,19	75.549,19	45.267,54
PASSAGENS			57.933,00	127.072,84	122.009,50	122.009,50	122.009,50	5.063,34
ENCARGOS DIVERSOS			24.000,00	36.003,90	32.166,71	32.166,71	32.166,71	3.837,19
ENCARGOS DIVERSOS			24.000,00	36.003,90	32.166,71	32.166,71	32.166,71	3.837,19
DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES			0,00	476,64	476,64	476,64	476,64	0,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES			20.473,00	17.061,64	17.061,64	17.061,64	17.061,64	0,00
FUNDO DE APOIO AO CAU-UF			20.473,00	17.061,64	17.061,64	17.061,64	17.061,64	0,00
CRÉDITO DISPONÍVEL DESPESA DE CAPITAL			80.000,00	80.000,00	6.588,00	6.588,00	6.588,00	73.412,00
INVESTIMENTOS			80.000,00	80.000,00	6.588,00	6.588,00	6.588,00	73.412,00

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DOTAÇÃO
EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES	80.000,00	80.000,00	6.588,00	6.588,00	6.588,00	73.412,00
DOTAÇÃO ADICIONAL POR FONTE	10.000,00	4.996,90	0,00	0,00	0,00	4.996,90
SUB-TOTAL DAS DESPESAS	1.254.435,00	1.343.823,59	1.069.501,58	1.069.501,58	1.069.501,58	274.322,01
SUPERÁVIT	0,00	0,00	167.328,42	0,00	0,00	-167.328,42
TOTAL	1.254.435,00	1.343.823,59	1.236.830,00	1.069.501,58	1.069.501,58	106.993,59

Variações Patrimoniais

VARIações PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS					
	Exercício Atual	Exercício Anterior		Exercício Atual	Exercício Anterior
VARIAÇÃO PATRIMONIAL AUMENTATIVA	1.392.542,98	1.440.347,84	VARIAÇÃO PATRIMONIAL DIMINUTIVA	1.159.935,02	1.114.864,89
CONTRIBUIÇÕES	468.508,67	377.190,85	PESSOAL E ENCARGOS	547.240,50	478.713,35
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	468.508,67	377.190,85	REMUNERAÇÃO DE PESSOAL	486.012,33	426.042,92
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	468.508,67	377.190,85	REMUNERAÇÃO A PESSOAL - RPPS	486.012,33	426.042,92
EXPLORAÇÃO E VENDA DE BENS, SERVIÇOS E DIREITOS	660.483,83	577.911,94	BENEFÍCIOS A PESSOAL	61.228,17	52.670,43
EXPLORAÇÃO DE BENS DIREITOS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	660.483,83	577.911,94	BENEFÍCIOS A PESSOAL - RPPS	61.228,17	52.670,43
VALOR BRUTO DE EXPLORAÇÃO DE BENS E DIREITOS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	660.483,83	577.911,94	USO DE BENS, SERVIÇOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO	521.475,21	556.030,26
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINANCEIRAS	71.172,84	45.421,52	SERVIÇOS	496.132,53	528.178,71
JUROS E ENCARGOS DE MORA	27.400,82	15.416,41	DIARIAS	141.215,90	139.506,25
JUROS E ENCARGOS DE MORA SOBRE FORNECIMENTOS DE BENS E SERVIÇOS	27.400,82	15.416,41	SERVIÇOS TERCEIROS - PESSOAS FÍSICAS	132.618,97	129.509,38
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS - FINANCEIRAS	43.772,02	30.005,11	SERVIÇOS TERCEIROS - PESSOAS JURÍDICAS	222.297,66	259.163,08
MULTAS SOBRE ANUIDADES	43.772,02	30.005,11	DEPRECIACAO, AMORTIZACAO E EXAUSTAO	25.342,68	27.851,55
TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS	190.031,74	393.174,14	DEPRECIACAO	25.342,68	27.851,55
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	190.031,74	393.174,14	TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS	17.061,64	25.535,71
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	190.031,74	393.174,14	TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	17.061,64	25.535,71
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	2.345,90	46.649,39	TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	17.061,64	25.535,71
DIVERSAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	2.345,90	46.649,39	DESVALORIZAÇÃO E PERDA DE ATIVOS	74.157,67	5.538,94
INDENIZAÇÕES	4.413,10	1.505,65	REDUÇÃO A VALOR RECUPERAVEL E AJUSTE PARA PERDAS	74.157,67	5.538,94
REVERSÃO DE PROVISÕES	-2.067,20	17.869,35	VARIAÇÃO PATRIMONIAL DIMINUTIVA COM PROVISÃO PARA PERDAS DE CREDITOS	74.157,67	5.538,94
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS DECORRENTES DE FATOS GERADORES DIVERSOS	0,00	27.274,39	OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	0,00	49.046,63
			DIVERSAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	0,00	49.046,63
			VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS DECORRENTES DE FATOS GERADORES DIVERSOS	0,00	49.046,63
Total das Variações Ativas :	1.392.542,98	1.440.347,84	Total das Variações Passivas :	1.159.935,02	1.114.864,89
RESULTADO PATRIMONIAL					

Déficit do Exercício			Superávit do Exercício	232.607,96	325.482,95
Total	1.392.542,98	1.440.347,84	Total	1.392.542,98	1.440.347,84

Demonstração dos Fluxos de Caixa

	Exercício Atual	Exercício Anterior
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES		
INGRESSOS		
RECEITA CORRENTE	1.236.830,00	1.266.259,53
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	310.728,49	248.160,02
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	310.728,49	248.160,02
ANUIDADES	310.728,49	248.160,02
RECEITA DE SERVIÇOS	660.559,64	577.911,94
EMOLUMENTOS COM REGISTRO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA - RRT	660.559,64	577.911,94
FINANCEIRAS	71.097,03	45.507,78
JUROS DE MORA SOBRE MULTAS DE INFRAÇÕES	27.325,01	15.502,67
ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA	43.772,02	30.005,11
REMUNERAÇÃO DE DEP. BANC. E APLICAÇÕES FINANCEIRAS	43.772,02	30.005,11
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	190.031,74	393.174,14
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	4.413,10	1.505,65
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	4.413,10	1.505,65
OUTROS INGRESSOS	830.390,61	449.365,94
DESEMBOLSOS		
DESPEZA CORRENTE	1.062.913,58	1.006.266,57
PESSOAL	608.940,51	513.236,77
SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	92.604,27	118.380,14
SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	311.663,81	328.446,60
ENCARGOS DIVERSOS	32.166,71	20.667,35
DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	476,64	0,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	17.061,64	25.535,71
DESPEZA DE CAPITAL	6.588,00	0,00
INVESTIMENTOS	6.588,00	0,00
OUTROS DESEMBOLSOS	842.718,23	440.583,27
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES	161.588,80	268.775,63
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
INGRESSOS		
DESEMBOLSOS		
PESSOAL	0,00	0,00
SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	0,00	0,00
SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	0,00	0,00
ENCARGOS DIVERSOS	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	0,00	0,00
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	0,00	0,00
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
INGRESSOS		
DESEMBOLSOS		
FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	0,00	0,00
APURAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA DO PERÍODO		
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	161.588,80	268.775,63
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	763.274,85	494.499,22
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA FINAL	924.863,65	763.274,85



1. INFORMAÇÕES GERAIS

O Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Estado de Rondônia - CAU/RO, criado pela Lei nº 12.378/2010 tendo como principais atividades orientar, disciplinar e fiscalizar o exercício da profissão de arquitetura e urbanismo.

O CAU/RO é uma autarquia vinculada à Administração Indireta dotada de personalidade jurídica de direito público, com autonomia administrativa e financeira, cujas atividades são custeadas exclusivamente pelas próprias rendas, tendo sua estrutura e organização, estabelecidos no Regimento Geral do CAU aprovado pela Resolução CAU/BR nº 139/2017 e Regimento Interno do CAU/RO.

O Conselho está localizado na Avenida Carlos Gomes, Nº 501, Caiari. Em frente a Praça das 3 Caixas D'Águas CEP: 76801-166 - Porto Velho/RO.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

2.1. Base de preparação

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP), abrangendo as normas brasileiras de contabilidade aplicáveis ao setor público, principalmente a NBC T 16.6 (R1) - Demonstrações Contábeis.

As demonstrações contábeis estão apresentadas em Reais, que também é a moeda funcional da Entidade.

As Demonstrações Contábeis estão fundamentadas na Lei nº 4.320/64 e em consonância com o Manual de Contabilidade aplicado ao Setor Público, aprovada pela Portaria Conjunta STN/SOF nº 06/18, e Portaria STN nº 877 de 18/12/2018, 8ª edição, e Normas Brasileiras de Contabilidade aplicadas ao setor público conforme NBC TSP ESTRUTURA CONCEITUAL, NBC TSP 07, NBC TSP 11 e NBC TSP 16.

2.2. Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens:

- Provisões para férias de empregados/funcionários;
- Depreciações e amortizações do ativo imobilizado e intangível;
- Provisões para contingências, sempre que constituídas; e
- Provisão para devedores duvidosos, sempre que constituída.



2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações contábeis estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Entidade, sendo que os valores foram arredondados, de forma comparativa com as demonstrações contábeis do exercício anterior.

2.4. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Ativos e passivos significativos sujeitos a estimativas e premissas incluem, principalmente, o cálculo das depreciações sobre o ativo imobilizado (Nota 3.4), a estimativa para perdas em função do risco de crédito de contribuintes (Nota 3.2.1) e a provisão para riscos trabalhistas e cíveis (Nota 3.8). Os valores definitivos das transações envolvendo essas estimativas somente são conhecidos por ocasião da sua realização ou liquidação.

3. POLÍTICAS CONTÁBEIS

Dentre as principais práticas adotadas para a elaboração das demonstrações contábeis, aplicadas de forma uniforme com o exercício anterior, exceto no que tange às provisões para devedores duvidosos (subitens 3.2.1 e 3.2.2), ressaltam-se:

3.1. Caixa e equivalente de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. Incluem caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras realizáveis em até 90 dias da data original do título ou considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

3.2 Créditos de anuidades

Os créditos de anuidades relativas ao exercício do balanço são reconhecidos ao início do exercício em conta específica, pelo valor estimado em proposta orçamentária referente à previsão de receitas dos profissionais e empresas ativos no banco de dados do CAU/BR. Após o encerramento do exercício, o saldo não recebido é transferido para outra conta do ativo, representando créditos de anuidades de exercícios anteriores.



3.2.1 Ajuste para Perdas de Devedores Duvidosos

- a) Implantação de política contábil em 2017 - Em atendimento aos prazos normativos de implantação emanados pela Secretaria do Tesouro Nacional, por meio da Portaria STN nº 539/2015, anexo único (Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais - PIPCP), e pelo Conselho Federal de Contabilidade, mediante a Norma Brasileira de Contabilidade, NBC TSP Estrutura Conceitual, de 23/09/2016 (Mensuração de Ativos e Passivos nas Demonstrações Contábeis), o CAU/RO procedeu ao registro contábil de Ajuste para Perdas de Devedores Duvidosos ao encerramento do exercício de 2017.
- b) Base de mensuração - Média aritmética ponderada dos percentuais de recebimento de anuidades de pessoas físicas e jurídicas nos últimos três exercícios ao deste balanço, aplicada sobre o estoque acumulado de créditos oriundos de anuidades não recebidas relativas aos exercícios de 2012 (ano de início das atividades do Conselho) a 2018.
- c) Julgamento pela aplicação - Tratando-se de implantação de política, decidiu-se aplicar critério proposto pelo CAU/BR por meio da Orientação Técnica Conjunta nº 01/2017, plausível à realidade do CAU/RO, considerando-se o princípio contábil do conservadorismo ou prudência ao tempo em que se utiliza o comportamento histórico de recebimentos em detrimento de estimativas de recebimentos em ações de cobrança.

3.3 Estoques

Os estoques são registrados ao custo de aquisição, que não supera os valores de mercado ou valor líquido de realização. Os estoques estão representados exclusivamente pelo almoxarifado de materiais de uso e consumo em expediente.

3.4. Imobilizado

Avaliado ao custo de aquisição e reduzido pela depreciação acumulada e pelas perdas por "impairment", quando aplicável.

Os direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da Entidade.

O CAU/RO segue integralmente a Orientação Técnica Conjunta nº 01/2017 expedida pelo CAU/BR, quanto aos procedimentos na aquisição, baixa e na depreciação/amortização dos seus bens patrimoniais.

A depreciação é calculada pelo método linear, para distribuir seu valor de custo ao longo da vida útil estimada, como segue:



	Anos	Valor residual
Móveis e utensílios	10	10%
Veículos de uso administrativo	8	10%
Veículos de uso da fiscalização	5	10%
Máquinas e equipamentos	5	10%
Equipamentos de processamento de dados	5	10%
Biblioteca	10	0%
Utensílios de copa e cozinha	5	10%
Sistemas de processamento de dados	10	10%
Instalações	10	10%

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

Os ganhos e as perdas em alienações, sempre que aplicável, são apurados comparando-se o valor da venda com o valor residual contábil e são reconhecidos na execução orçamentária.

3.5. Provisões para perdas por impairment em ativos não financeiros

Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de impairment sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por impairment é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de venda e o seu valor em uso.

3.6. Outros ativos e passivos

Outros ativos são apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos. Quando requerido, os elementos do ativo decorrentes de operações de longo prazo são ajustados a valor presente, sendo os demais ajustados quando houver efeito relevante.

Outros passivos são demonstrados pelo valor de realização e compreendem as obrigações com terceiros resultantes de operações. Quando requerido, os elementos do passivo decorrentes de operações de longo prazo são ajustados a valor presente, sendo os demais ajustados quando houver efeito relevante.



3.7. Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores e as outras contas a pagar são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal das atividades, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

3.8. Provisões para riscos cíveis e trabalhistas

Reconhecidas quando a Entidade possui uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado com segurança. As provisões são quantificadas ao valor presente do desembolso esperado para liquidar a obrigação, sendo utilizada a taxa adequada de desconto de acordo com os riscos relacionados ao passivo.

São atualizadas até as datas dos balanços pelo montante estimado das perdas prováveis, observadas suas naturezas e apoiadas na opinião dos assessores legais da Entidade. Os fundamentos e a natureza das provisões para riscos cíveis e trabalhistas estão descritos na nota explicativa nº 11.

Implantação de política contábil em 2017 - Em atendimento aos prazos normativos de implantação emanados pela Secretaria do Tesouro Nacional, por meio da Portaria STN nº 539/2015, anexo único (Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais - PIPCP), e pelo Conselho Federal de Contabilidade, mediante a Norma Brasileira de Contabilidade, NBC TSP Estrutura Conceitual, de 23/09/2016 (Mensuração de Ativos e Passivos nas Demonstrações Contábeis), o CAU/RO procedeu ao registro contábil de Provisões para Contingências Cíveis e Trabalhistas ao encerramento do exercício de 2017.

Base de mensuração - O CAU/RO adota a Orientação Técnica Conjunta nº 01/2017 expedida pelo CAU/BR, em consonância com as instruções contidas no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP).

As contingências que compõem o passivo circulante e/ou passivo não circulante, se aplicável, observa os critérios do estudo de possibilidade de perdas cuja elaboração é de responsabilidade da Assessoria Jurídica do Conselho.

As ações judiciais trabalhistas ou cíveis com estimativa de valor confiável e que apresentam uma situação de saída de recurso provável são tratadas como provisão no passivo circulante e/ou passivo não circulante. As ações que não possuem estimativa confiável ou que não demonstram probabilidade de saída de recursos são tratadas como passivos contingentes, integrando as notas explicativas às demonstrações contábeis.



3.9. Balanço Patrimonial

O Balanço Patrimonial, estruturado em Ativo, Passivo e Patrimônio Líquido, evidencia qualitativa e quantitativamente a situação patrimonial da Entidade.

A classificação dos elementos patrimoniais considera a segregação em “circulante” e “não circulante”, com base em seus atributos de conversibilidade e exigibilidade.

3.10. Balanço Orçamentário

O Balanço Orçamentário evidencia as receitas e as despesas orçamentárias, detalhadas em níveis relevantes de análise, confrontando o orçamento inicial e as suas alterações com a execução, demonstrando o resultado orçamentário.

O Balanço Orçamentário é estruturado de forma a evidenciar a integração entre o planejamento e a execução orçamentária.

3.11. Balanço Financeiro

O Balanço Financeiro evidencia as receitas e despesas orçamentárias, bem como os ingressos e dispêndios extraorçamentários, conjugados com os saldos de caixa do exercício anterior e os que se transferem para o início do exercício seguinte.

3.12. Demonstração das variações patrimoniais

A Demonstração das Variações Patrimoniais evidencia as variações verificadas no patrimônio e indica o resultado patrimonial do exercício.

As variações quantitativas são decorrentes de transações no setor público que aumentam ou diminuem o patrimônio líquido.

O resultado patrimonial do período é apurado pelo confronto entre as variações quantitativas aumentativas e diminutivas.

3.13. Demonstração do fluxo de caixa

A Demonstração dos Fluxos de Caixa permite aos usuários projetar cenários de fluxos futuros de caixa e elaborar análise sobre eventuais mudanças em torno da capacidade de manutenção do regular financiamento dos serviços.



4. Gestão de risco financeiro

4.1. Considerações gerais e políticas

As operações financeiras da Entidade são realizadas por intermédio da área financeira de acordo com a estratégia previamente aprovada pela alta governança.

As estratégias de gerenciamento de riscos da Entidade e os efeitos nas demonstrações financeiras podem ser resumidos como segue:

a) Risco de Crédito

O risco de crédito decorre da possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelo devedor ou contraparte de suas obrigações financeiras nos termos pactuados. Essa exposição está relevantemente associada às aplicações financeiras mantidas pela Entidade, conforme Nota Explicativa nº 5, bem como aos valores a receber (anuidades), descritos na Nota Explicativa nº 6.

O entendimento da Administração é de que o risco de crédito está substancialmente mitigado:

I) com relação às aplicações financeiras, os recursos estão preponderantemente aplicados em instituições financeiras de primeira linha, cujos prazos de vencimento são de curto prazo;

II) com relação ao contas a receber os valores estão anuidades a receber dos profissionais arquitetos e urbanistas, sendo que para o exercício da profissão as anuidades precisam estar adimplentes.

Adicionalmente, não há nenhum indicativo de redução ao valor recuperável desses ativos.

b) Risco de mercado

O risco de mercado consiste na possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da mudança nos preços de mercado de instrumentos financeiros e compreende os riscos de flutuação da moeda, de taxa de juros e de preços. Essa exposição está relevantemente associada às taxas pactuadas com instituições financeiras das aplicações financeiras mantidas pela Entidade, conforme apresentada na Nota Explicativa nº 4. O entendimento da Administração é de que o risco de taxa de juros está substancialmente mitigado considerando a aplicação em produtos de renda fixa com taxas atreladas à variação do DI, com insignificante margem de alteração.



c) Risco de liquidez

O risco de liquidez está associado à eventual falta de recursos para honrar os compromissos assumidos, em função do descasamento entre ativos e passivos. A previsão de fluxo de caixa é realizada pela administração da Entidade por meio do departamento financeiro.

A administração monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Entidade para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais.

5. Caixa e equivalentes de caixa

	2019	2018
Aplicações financeiras	918.276	763.275
	<u>918.276</u>	<u>763.275</u>

As aplicações financeiras estão representadas por rendimentos na poupança, cujo rendimento está atrelado à taxa de juros (SELIC) e a taxa referencial (TR), e possuem liquidez imediata. A receita gerada por estes investimentos é registrada como receita no resultado corrente.

6. Créditos de curto prazo

	2019	2018
Créditos de anuidades do exercício	213.921	155.289
Créditos de anuidades de exercícios anteriores	287.074	189.993
(-) Provisão para devedores duvidosos	(245.838)	(171.680)
	<u>255.157</u>	<u>173.602</u>

A Entidade registra a provisão para perda estimada para créditos de liquidação duvidosa, após análise individualizada.

7. Créditos a Receber

Registra-se o valor de R\$2.100 (dois mil, noventa e cem reais) conforme demonstramos:



- 1) Tributos e Contribuições: R\$945 (novecentos e quarenta e cinco reais), refere-se à Per dcomp relativo a pagamentos indevidos de impostos.
 - 2) Adiantamento Diversos: R\$735 (setecentos e trinta e cinco reais), refere-se a pagamento em duplicidade.
 - 3) Entidade Públicas Devedoras - Caixa Econômica Federal: Registra-se o valor de receber de R\$420 (quatrocentos e vinte reais), refere-se a pagamento de FGTS em duplicidade.
8. Imobilizado

A Entidade acompanha anualmente as vidas úteis dos ativos imobilizados e não foram identificadas diferenças significativas durante o ano.

	Custo	Depreciação Acumulada	Líquido	
			2019	2018
Veículos	88.890	(62.501)	26.389	36.390
Móveis e utensílios	62.187	(27.098)	35.089	40.688
Equipamentos de informática	63.733	(36.245)	27.488	27.913
Benfeitorias em imóveis de terceiros			-	
Obras em andamento			-	
Máquinas e Equipamentos	23.550	(18.685)	4.865	7.595
Total	238.359	(144.529)	93.831	112.585

A seguir apresentamos a movimentação do ativo imobilizado:

Movimentação do ativo imobilizado:

	31.12.2018	Adições	Baixas	Depreciação	31.12.2019
Veículos	88.890	-	-	(10.000)	88.890
Móveis e utensílios	62.187	-	-	(5.599)	62.187
Equipamentos de informática	57.145	6.588	-	(7.013)	63.733
Máquinas e Equipamentos	23.550	-	-	(2.730)	23.550
Total	231.771	6.588	-	(25.343)	238.359



9. Fornecedores a pagar

	2019	2018
Prestação de serviço	350	21.685
Outros fornecedores	93	175
	<u>443</u>	<u>21.859</u>

O valor de R\$ 443 (quatrocentos e quarenta e três reais), refere-se:

- 1) Restos a pagar Processados - R\$350 (trezentos e cinquenta reais);
- 2) Credores Diversos - R\$ 93 (noventa e três reais) refere-se a ressarcimento a profissionais arquitetos e urbanistas que até o momento não foram devolvidos.

Abaixo o aging list dos fornecedores em 31 de dezembro de 2019 e 2018:

	2019	2018
A vencer	-	-
Vencidos:		
Até 30 dias	93	175
De 31 a 60 dias	350	21.685
De 61 a 90 dias	-	-
De 91 a 180 dias	-	-
	<u>443</u>	<u>21.859</u>

10. Obrigações fiscais, trabalhistas e sociais

	2019	2018
Provisão para férias e encargos sociais	54.933	57.412
PIS e COFINS a recolher	9.086	742
Outros impostos a recolher	783	1.002
	<u>64.802</u>	<u>59.156</u>



11. Provisão para riscos processuais

A Entidade é parte em determinados processos oriundos do curso normal do seu funcionamento, para os quais foram constituídas provisões baseadas na estimativa de seus consultores legais. As principais informações desses processos, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, estão assim representadas:

	2019	2018
Cíveis	29.103	29.103
	<u>29.103</u>	<u>29.103</u>

A movimentação da provisão no exercício de 2018 está demonstrada a seguir:

	2018	Adições	Reversões	Pagamentos	Atualização	2019
Tributários	-	-	-	-	-	-
Trabalhistas	-	-	-	-	-	-
Cíveis	29.103	-	-	-	-	29.103
Total	<u>29.103</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>29.103</u>

a. Natureza das contingências

A Entidade é parte envolvida em processos trabalhistas e cíveis, e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa como na judicial. As respectivas provisões para contingências foram constituídas considerando a estimativa feita pelos assessores jurídicos, para os processos cuja probabilidade de perda nos respectivos desfechos foi avaliada como provável. A Administração acredita que a resolução destas questões não produzirá efeito significativamente diferente do montante provisionado.

12. Partes Relacionadas

A Entidade em 31 de dezembro de 2019 não possui coligadas, controladas ou subsidiárias integrais, dessa forma, não há transações com partes relacionadas dessa natureza.

Não há qualquer remuneração ou contraprestação aos Conselheiros e Dirigentes do CAU/RO, tratando-se de cargos honoríficos, em conformidade com o artigo 40, da Lei nº 12.378/2010.

No exercício de 2019 não houve concessão de benefícios de longo prazo pós-emprego, plano de aposentadoria e de rescisão de contrato de trabalho.



13. Patrimônio Líquido

<u>Descrição</u>	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Resultados acumulados	942.350	616.867
Resultado do Período	232.608	325.483
<u>Patrimônio Líquido</u>	1.174.958	942.350

14. Despesas por natureza

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Variação Patrimonial Diminutiva		
Remuneração Pessoal	554.855	496.587
Benefício Pessoal	2.994	-
Material de Consumo	25.343	27.852
Diárias	263.225	251.142
Serviços Terceiros - Pessoa Jurídica	222.298	259.163
Transferências Intragovernamentais - Concedidas	17.062	25.536
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	74.158	54.586
Total	<u>1.159.935</u>	<u>1.114.865</u>

15. Receitas por natureza

	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Variação Patrimonial Aumentativa		
Contribuições	1.156.393	970.519
Receitas Financeiras	43.772	30.005
Transferências Intragovernamentais - Recebidas	190.032	393.174
Receitas não identificadas	-	27.274
Indenizações	4.413	1.506
Reversão de Provisões	(2.067)	17.869
Total	<u>1.392.543</u>	<u>1.440.348</u>



16. Resultados orçamentário, patrimonial e financeiro

Resultado Patrimonial	2019	2018
Varição Patrimonial Aumentativa (Receita)	1.392.543	1.440.348
(-) Varição Patrimonial Diminutiva (Despesa)	(1.159.935)	(1.115.865)
(=) Superávit Patrimonial apurado	232.608	324.483
Resultado Orçamentário	2019	2018
Receita Orçamentária Arrecadada	1.236.830	1.266.260
(-) Despesas Empenhadas	(1.062.914)	(1.027.951)
(=) Superávit Orçamentário Apurado	173.916	238.308
Resultado Financeiro	2019	2018
Saldo Disponível Apurado	918.276	763.275
(-) Passivo Financeiro	(94.405)	(81.016)
(=) Superávit Financeiro Apurado	823.871	682.259

17. Seguros

A Entidade adota uma política de seguros que considera, principalmente, a concentração de riscos e sua relevância, contratados em montantes considerados suficientes pela Administração, levando em consideração a natureza de suas atividades e a orientação de seus consultores de seguros. A cobertura dos seguros, em valores de 31 de dezembro de 2019, é assim demonstrada:

Item	Tipo de cobertura	Importância segurada
Complexo das atividades	Quaisquer danos materiais a edificações, instalações e máquinas e equipamentos	
Veículos	Incêndio, roubo e colisão para 01 (um) veículos	100.000
Responsabilidade civil	Responsabilidade civil	
Lucros cessantes	Não realização de lucros decorrentes de danos materiais	
		100.000



18. Relacionamento com os auditores independentes

A contratação dos auditores independentes deu-se pelo Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil - CAU/BR, órgão central de controle dos CAU/UF, não sendo contratados outros serviços ao não ser os trabalhos de auditoria das demonstrações contábeis.

19. Eventos subsequentes

Não houve eventos subsequentes significativos que pudessem alterar as demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2019.